


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0001615-54.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Everaldo Ferreira**  
 Requerido: **Claro Sa**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de pedido de indenização por danos morais c.c declaração de inexistência de débito em que o autor alega ter sido surpreendido com negativação junto ao SERASA por débitos inexistentes. Requer o cancelamento da anotação e indenização por danos morais que estimou em vinte salários-mínimos.

A petição inicial de fls. 02/08 veio instruída com os documentos de fls. 09/17.

Contestação às fls. 22/31 alegando a existência de contrato entre as partes e o pagamento das faturas. Estranhamente a ré alega que “não houve irregularidades nas cobranças”. Lança argumentos genéricos sobre a teoria dos contratos e deveres do usuário do SMP. Combate a pretensão indenizatória por danos morais.

A resposta veio instruída com os documentos de fls. 32/34.

Réplica às fls. 38/39.

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Não houve demonstração inequívoca de interesse por audiência de conciliação a despeito do teor da decisão de fls. 18.

Possível o pronto julgamento, posto que a matéria debatida depende exclusivamente de prova documental, conforme constou às fls. 18.

No mérito, a contestação é genérica e não demonstra a legitimidade da negativação. Aliás, a ré reconhece na contestação **“que foram realizados os pagamentos das faturas”** (destaque no original), o que evidencia a falta de lastro para o débito exigido indevidamente.

Acrescente-se que juntamente à resposta não foi acostado qualquer documento capaz de evidenciar que o autor está em débito com o valor de R\$ 70,79.

É o que basta para reconhecer a inexistência do débito.

Quanto ao pedido indenizatório, tem-se que além da injustiça da negativação lançada sem débito real capaz de subsidiá-la a anotação desfavorável foi procedida em descumprimento das normas legais que regulam a abertura de cadastros sobre dados do consumidor (art. 43, § 2º da Lei 8.078/90), o que torna o ato nulo, por afrontar a lei cogente.

A ré não comprovou ter notificado previamente o autor, acerca da inclusão da negativação, permitindo que fosse surpreendido com negativa de crédito ao tentar realizar operação a crédito. Anote-se, por oportuno, que tal alegação de fato é incontroversa, eis que não impugnada especificadamente a despeito do disposto no art. 302 do Código de Processo Civil.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Vale registrar que cabia a ré produzir a prova documental juntamente à contestação (art. 396 CPC), conforme o Juízo deixou claro no despacho de fls. 18.

Com efeito, a teor do disposto no artigo 43, §2º., do Código de Defesa do Consumidor, *a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.*

Neste passo, na hipótese dos autos, embora tenha o réu defendido a ausência de culpa quanto à negativação efetivada, deixou de apresentar qualquer justificativa para não haver comunicado previamente o autor, omissão esta que infringe o dispositivo legal referido, levando, pois, ao cancelamento do ato.

Afirma o Des. Araken de Assis que *“não basta que a anotação seja verdadeira. É preciso comunicá-la ao consumidor, para que ele, ciente da mesma, não passe pela situação vexatória de tomar conhecimento através de terceiro, recusando conceder-lhe, em razão dela, o pretendido crédito”*.

Seguindo os ensinamentos de Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, *“A comunicação deve ser feita antes da colocação da informação no domínio público. É preliminar a tal. Visando a prevenir danos futuros ao consumidor, é de todo recomendável que a comunicação seja realizada antes mesmo da inscrição do consumidor no cadastro dos inadimplentes, a fim de evitar possíveis erros... Agindo assim, estará a empresa tomando as precauções para escapar de futura responsabilidade”* (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, Ed. Forense Universitária, 6ª, ed., p. 397).

Os arquivos de consumo cristalizam a conjugação de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

esforços de vários sujeitos, dois deles principais: o fornecedor da obrigação principal e o administrador do banco de dados.

Nos termos do art. 7º, parágrafo único, do CDC: “Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão **solidariamente** pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo”.

Isso quer dizer, nas sábias palavras de Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, “*que o fornecedor e administrador, como agentes diretamente envolvidos no 'iter' da inscrição, são co-responsáveis pelos danos eventualmente causados ao consumidor, por defeito de comunicação.*” E continua, afirmando que “*O Código de Defesa do Consumidor (...) não pinçou em desses sujeitos, contra ele fazendo cair todo o encargo da comunicação. A hipótese é de evidente responsabilidade solidária*” (obra já citada, p. 400 – sem destaques no original).

Sendo assim, compete ao consumidor escolher um ou todos os agentes, no momento da propositura de eventual ação indenizatória.

No caso específico dos autos, o simples fato de deixar de comunicar previamente a inscrição no cadastro dos devedores gera o dever de indenizar moralmente o autor. Isso porque não há como negar que ser surpreendido com a informação de que seu nome está incluído entre os maus devedores, constitui, para a grande maioria dos consumidores, situação vexatória. Há ataque a direitos consignados na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor: este é o fundamento do dano moral, na hipótese.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Nesta ótica: “Nos termos da lei, efetivamente necessária a comunicação ao consumidor de sua inscrição no cadastro de proteção ao crédito, tendo-se, na ausência dessa comunicação, por reparável dano moral oriundo da indevida inclusão” (STJ, RE 165.727-DF, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, J. 16/06/98, v.u.)

Conforme remansoso entendimento jurisprudencial é desnecessária a prova do dano moral. O que tem que ser comprovado é o fato hábil a ensejar violação dos direitos da personalidade de alguém.

Tal fato está devidamente comprovado, uma vez que é certa a inclusão injusta de restrição anotada ao nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito (fls. 16).

Assim, presente o ato ilícito (negativação surpresa), o dano (*in re ipsa*) e o nexo de causalidade (realmente foi a ré quem deu azo ao ato lesivo), exsurge indeclinável o dever de indenizar.

No que se refere ao *quantum* da indenização que será fixada no dispositivo há que se considerar tanto as circunstâncias em que o ato ofensivo foi praticado (em descumprimento de preceito legal cogente), a quantidade de inscrições (apenas uma) além da notória capacidade econômica da requerida.

É preciso sopesar, ainda, o aspecto pedagógico que visa desestimular o ofensor a reiterar condutas análogas (teoria do desestímulo), além da necessidade de evitar enriquecimento sem causa.

Todos esses fatores levam à conclusão de que o montante sugerido, ou seja, 20 salários-mínimos o valor do débito é excessivo, pois flagrantemente contrário ao último elemento de ponderação (prevenção de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

enriquecimento sem causa). A existência de um dano não pode convolar-se em vantagem para o autor, tornando-se interessante economicamente, **notadamente diante do fato de que o autor declarou-se pobre, informando rendimentos na faixa de isenção do IR (fls. 13/14).**

O montante pretendido (R\$ 13.560,00) representaria cerca de 12 meses dos rendimentos líquidos do autor, o que evidencia o excesso da pretensão.

Assim, embora acolhido o pedido este Juízo não o fará na amplitude pretendida. Reputo suficiente para atender aos parâmetros retro mencionados a fixação da indenização em importância equivalente a **cinco salários mínimos.**

\*\*\*\*\*

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido declaratório negativo para reconhecer a inexistência dos débitos inscritos às fls.16.

No que tange à pretensão indenizatória **JULGO-A PARCIALMENTE PROCEDENTE** para **ACOLHER** o pedido de indenização por danos morais **CONDENANDO** a ré ao pagamento da quantia de **R\$ 3.390,00**, corrigidos monetariamente pelos índices da tabela prática do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O **termo inicial da correção** é a data da publicação desta sentença, conforme enunciado número 362 da súmula de jurisprudência dominante do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Sobre o montante incidirão **juros moratórios** na proporção de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 CC/2002), **desde a data da citação** (artigos 405 e 406 CC/2002).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

A ré fica intimada **pela publicação desta sentença** acerca do disposto no artigo 475-J do Código de Processo Civil, no sentido de que, **após a publicação** da decisão, nos 15 dias seguintes deve efetuar o pagamento da condenação, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito, independentemente de nova intimação<sup>1</sup>.

Se patrocinado por advogado(a) dativo(a), fixo os honorários em 70% da tabela, conforme código específico. Oportunamente, expeça-se certidão.

Acolhido parcialmente o pedido inicial, **HOUVE RESOLUÇÃO DE MÉRITO** nos termos do inciso I do artigo 269 do Código de Processo Civil.

P.R.I.C

Ibaté, 20 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> Enunciado 47 do FOJESP: Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa, não o efetue no prazo de quinze dias, contado do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento). (*grifou-se*)